

A (DES)CONSTRUÇÃO DA MATERNIDADE NO ROMANCE SUÍTE TÓQUIO, DE GIOVANA MADALOSSO

Gabriel Silva de Mello¹

Resumo: Ao considerar a ambiência literária como um solo fértil para reflexão, interrupção e subversão de comportamentos há muito cristalizados, o presente artigo lança luz a uma possível leitura interpretativa do romance brasileiro *Suíte Tóquio*, de Giovana Madalosso, com intento de compreender a (des)construção da maternidade. Focalizamos nossos esforços analíticos nas protagonistas do fato literário, Maju e Fernanda, uma vez que suas condutas e posições sociais acentuam performances identitárias que questionam o ideário social - espólio patriarcal - que considera a maternidade como um destino biológico a ser cumprido, ao imbricar o amor materno na Natureza mesma do ser-mulher. Para tanto, aludimos a Badinter (1985), Bourdieu (2012), Buttler (2003) e outros/as mais que possam somar na interpretação.

Palavras-chave: Maternidade; Maternagem; *Suíte Tóquio*; Giovana Madalosso.

THE (DE)CONSTRUCTION OF MOTHERHOOD IN THE NOVEL *SUÍTE TÓQUIO*, BY GIOVANA MADALOSSO

Abstract: By considering the literary ambience as a fertile ground for reflection, disruption and subversion of long-crystallized behaviors, the present article sheds light on a possible interpretative reading of the Brazilian novel *Suíte Tóquio*, by Giovana Madalosso, with the intent of understanding the (de)construction of motherhood. We focus our analytical efforts on the protagonists of the literary fact, Maju and Fernanda, since their behaviors and social positions emphasize identity performances that question the social ideary - patriarchal legacy - that considers motherhood as a biological destiny to be fulfilled, by imbricating maternal love in the very nature of being a woman. To this end, we allude to Badinter (1985), Bourdieu (2012), Buttler (2003), and others who may add to the interpretation.

Keywords: Motherhood; Mothering; *Suíte Tóquio*; Giovana Madalosso.

¹ Mestrado em Filosofia pela Universidade estadual de Maringá (UEM). E-mail: gabkorakas@gmail.com

Primeiras considerações

Ao longo da história, a maternidade foi considerada pelos discursos científicos como um instinto circunscrito essencialmente na Natureza feminina, pronto a se atualizar e a impelir toda e qualquer mulher ao amor e zelo incondicional para com seus/suas filhos/as. Mesmo após as objeções de teorias feministas sobre os postulados de Larousse, sobre os quais o instinto materno fora descrito como uma tendência primordial que impele a mulher ao desejo de gerar, ainda assim muitas mulheres se encontram cercadas por teorias arraigadas em determinismos naturalistas, que lhes ditam condutas e funções.

No contraponto desse movimento reducionista e limitante, ao lado das teorias feministas pós-estruturalistas que intencionam a problematização e ressignificação das formas de simbolizar os gêneros e seus respectivos papéis, a literatura de autoria feminina emerge como uma possibilidade de trazer à luz problematizações sobre gênero e tudo que a ele se mostra intrínseco, inclusive, a maternidade. Afinal, como bem aduz Lúcia Osana Zolin (2021), quando se trata de literatura contemporânea de autoria feminina: “as personagens, não raro, são construídas de modo a promover a desconstrução da suposta naturalidade das práticas de dominação masculina e da resignação feminina” (ZOLIN, 2021, p.14). É neste cenário que as mulheres revogam o direito ao discurso e à pena e, ao fazerem-se ver além dos espaços domésticos, fincam-se com um novo status quo que se choca com as expectativas objetivas do construto social que a todo custo lhes renegam o mundo.

O discurso audaz do determinismo natural é doloroso. Ao enunciar a existência de uma Natureza feminina sujeita às mulheres ao determinismo tal qual a fêmea no reino animal, apagando assim todas as contingências e particularidades que atravessam o ser humano, ao mesmo passo, postula que a maternidade realiza espontaneamente e naturalmente o amor devocional da mãe para com a criança e, na contra-

mão, considera como exceções todas as experiências que transavaloram a norma. O problema? As exceções são vastas.

A demarcação da distinção entre a ordem biológica e social e a compreensão mesma de que sexo e gênero são construídos de maneira performativa pela cultura, em diferentes contextos e épocas (BUTLER, 2003), conferiu à mulher a égide de sua sexualidade e, consequentemente, de escolher (ou não) a maternidade. Aliás, vale lembrarmos que a possibilidade de escolher a maternidade é uma prerrogativa da contemporaneidade historicamente consolidada no século XX, em que os movimentos feministas despontaram como fulcrais para este processo, conforme a revisão bibliográfica sobre a maternidade feita por Deborah Kopke Resende (2017, p.57). Destarte, com a possibilidade da escolha, surgem diferentes performances identitárias que fogem à lei natural, tanto na vida, quanto no que melhor lhe representa - na Literatura. É por essas sendas que Suíte Tóquio, de Giovana Madalosso, parece-nos jogar bem com as fugas da norma.

A narrativa de Madalosso é composta por dois arcos narrativos que se interpolam a cada novo capítulo. Cada arco toma uma narradora autodiegética, apta a nos conduzir por suas perspectivas particulares do mundo que lhe cerceia. Ora Fernanda, uma bem sucedida executiva que se vê em dificuldade em performar a maternidade, recusando-se a dispor-se toda em sacrifício oblativo para se ocupar da maternagem de Cora, sua filha. Ora Maju, a empregada doméstica que, embora queira ser mãe biológica, vê-se limitada pelas relações socioeconômicas que lhe atravessam. O que a leva a permanecer na casa de Fernanda, construindo paulatinamente uma espécie de “amor materno” incorruptível pela filha da patroa, que passará a ser a razão de sua existência.

Considerando que as condutas de ambas personagens competem a reflexões necessárias acerca das rupturas e manutenções dos paradigmas que sustentam o ideário social de ma-

ternidade, visamos compreender o movimento de (des)construção da maternidade a partir da leitura interpretativa da obra que lhes aporta em comunicação fluida com arcabouços teóricos de estudiosos como Badinter (1985), Bourdieu (2012), Buttler (2003) e demais. E assim, se Oscar Wilde estava certo ao enunciar que “a vida imita a arte mais do que a arte imita a vida”, ao lançar luz sobre as trajetórias múltiplas dessas identidades femininas, revelando que as expectativas objetivas, ao que tange ao exercício mesmo da maternidade, é mais uma construção histórico-social do que uma tendência natural e inata, esperamos desnudar as representações literárias como possibilidades mil de ser e estar, das quais a vida pode se valer.

Antes de mãe e esposa, uma mulher!

O destino divino e o determinismo naturalista há muito associados à maternidade foram fundamentais para a construção de “um modelo de mulher fundado na anatomia e na fisiologia, com importantes desdobramentos morais e políticos para as mulheres, encerrando-as nos estreitos limites da esfera doméstica e da maternidade” (VENÂNCIO apud RESENDE, 2017, p.55). No entanto, como bem nos ensinou Elizabeth Badinter (1985), a maternidade já não pode ser pensada enquanto dotada de um caráter inato, sob o qual o sentimento materno é um traço comum na essência mesma do ser-mulher. Nesse sentido, perspectivas teóricas que flertam com um determinismo biológico, para o qual toda e qualquer mulher é feita para ser mãe, mostram-se contraproducentes e reducionistas, afinal, sob as quais é possível pensar as mulheres apenas sob dois vieses: aquelas que logram êxito ao atender o instinto de sua Natureza e aquelas que fracassam.

A restrição teórica que ancora o discurso naturalista está intimamente ligada ao seu caráter limitador, afinal, deixa-se de lado as múltiplas experiências socioculturais atreladas a cada

trajetória de vida das mulheres, além de cristalizar na história da humanidade o mito do amor materno. No contraponto, é mister lembrarmos que “uma mulher pode ser “normal” sem ser mãe, e que toda mãe não tem uma pulsão irresistível a se ocupar do filho” (BADINTER, 1985, p.10). A filósofa pós-estruturalista, Judith Butler (2003), também corrobora a argumentação contrária à pré-existência do instinto materno ao considerar que a ideia da maternidade é um construto da sociedade e da cultura patriarcal, logo da dominação masculina.

É por essas sendas que a maternidade se faz ver por filtros outros, sobre os quais: nem toda mulher deseja ser mãe; ausentam-se provas cruciais da subsistência de um amor materno de caráter inato em toda mulher pronto a se atualizar tão logo a maternidade se concretize; e dada a maternidade, nem toda mulher está apta a abnegar de si em prol dos interesses da criança a quem deu à luz. Tais postulados, ao se objetivarem efetivamente na vida de muitas mulheres, tendem a desnudar condutas classificadas como exceções patológicas, posto que se entrechocam com a lei natural, que concerne irrevogavelmente ao ser-mulher o estatuto ontológico de: ser uma boa mãe. Entrementes, devemos lembrar que não são as proposições que precedem a experiência, mas a experiência que precede as proposições. Nesse sentido, diante das diversas exceções à regra que se fazem ver dia após dia, “parece, portanto, que não há comportamento materno suficientemente unificado para que se possa falar de instinto ou atitude materna «em si»” (BADINTER, 1985, p. 14).

Em concordância com o aqui exposto, a Literatura também se faz ver como ambiência representativa da multiplicidade de identidades maternas que se fincam no mundo, lembrando-nos, sempre que possível, que ser-mãe é poder ser-várias. Interessante é notar que esta afirmação vai ao encontro dos estudos empreendidos por Lúcia Osana Zolin (2021), uma vez que o seu exame atento e minucioso de um corpus de romances brasileiros, revela que as temáticas

familiares e amorosas em “40% deles, possibilitam, com muita frequência, a revisão e a atualização de estruturas de pensamento e de comportamento derivadas de ideologias opressoras, como a patriarcal, berço das hierarquias de gênero” (ZOLIN, 2021, p. 15).

É por essas sendas que a trama de *Suíte Tóquio*, de Giovana Madalosso, é atravessada por representações que se movimentam pendularmente - ora para a construção, ora para a desconstrução do ideário hegemônico de maternidade. Nesse sentido, os dois arcos narrativos que se interpõem são capazes de desnudar o mais íntimo de duas mulheres díspares, mas não menos que bem construídas tanto quanto bem perspectivadas pelo mundo que lhes sobrepuja. Se por um lado Fernanda é incapaz de se adaptar às expectativas objetivas da maternidade, utilizando-se de seu trabalho e de sua paixão por Yara como subterfúgios, por outro, Maju se veste da performance materna há muito esperada pelas mulheres, seja esta de devoção total de seu ser.

Sendo assim, ocupando o lugar de narradoras autodiegéticas, Fernanda e Maju têm muito a (d)enunciar sobre o vínculo maternal. A começar por Fernanda, uma produtora executiva workaholic de um canal de TV, que bem sabe que o peso de ser bem sucedida pode andar na contramão do cumprimento do papel de esposa e mãe. Afinal, o aceite para a ascensão profissional só lhe foi possível ao renegar a maternagem²:

A princípio eu disse não, porque sabia que, se

2 Utilizamos o termo maternagem em concordância com os estudos de Maria Collier de Mendonça (2021), a partir dos quais a preferência de tradução do termo “mothering” por “maternagem” se deve a melhor forma de elucidação das práticas maternas enquanto ações contínuas. Vale dizer que o termo em questão é muito profícuo na área da psicologia, sendo popularizado pelos estudos de Nancy Chodorow, para a qual a maternagem diz respeito ao conjunto de práticas das “boas mães” - sejam quaisquer indivíduos capazes de desprender cuidados e afetos para com determinada criança, independentemente do vínculo biológico em voga.

aceitasse, passaria a me reportar para Los Angeles, trabalhando no fuso daqui e de lá, e teria muito pouco tempo para a minha filha. Mas claro que não fiquei em paz com a decisão. Aquele era um cargo que eu queria e percebi que ser uma mãe frustrada era um péssimo negócio, porque eu acabaria transferindo todo o meu amargor para a minha filha. Era melhor passarmos menos horas juntas mas, como diriam os gurus pedagógicos, horas de qualidade (MADALOSSO, 2020, p. 26).

Se para muitos a maternidade é sagrada, visto que “mãe permanece, em nosso inconsciente coletivo, identificada a Maria, símbolo do indefectível amor oblato” (BADINTER, 1985, p. 8), Fernanda adquire uma conduta disruptiva, distante do que se espera da estrutura familiar, patrilinear da dominação masculina, que encontrará apogeu em seu movimento de fuga. Salta aos olhos, como o movimento de subversão da maternidade compreende cada passo de Fernanda, como se fosse uma pele da qual a personagem não pode se eximir. À protagonista compete demonstrar uma outra faceta do vínculo mãe-filha, que extrapola a concepção universal de conduta materna esperada, e para tanto resvala nas suas inúmeras faltas e ausências com Cora, a sua filha. Seja no esquecimento de um presente de aniversário, na impaciência de acompanhar a filha até a casa da amiga, na fuga para o Norte ou na dificuldade mesma de encarar as tarefas do dia a dia, ali onde a vida não pode esperar, a trama nos mostra que Fernanda jamais esteve apta - tampouco desejou - a se sacrificar a serviço da performance discursiva do papel de mãe. Nesse sentido, Nanda é uma mãe subversiva e transgressora, na medida que desconstrói todo o papel tradicional referente a uma identidade materna esperada. Aliás, cabe salientar que, abalando ainda mais expectativas sociais e corroborando a transvaloração dos valores apregoados ao feminino, Fernanda não só não performa a mãe ideal, bem como não assimila o papel hegemônico de esposa.

Na casa da executiva, os papéis tidos como escopo do feminino estão mais ligados ao Cacá do que a Fernanda. Ao marido competia as tarefas de casa e, em partes, a maternagem de Cora, visto que, como aduz Nanda, “Cacá tinha jeito para a vida doméstica, havia nascido para cuidar. Cuidar do que fosse, dos cactos, das nossas flores, da Cora, da minha mãe, dos nossos amigos, da reforma do apartamento, das nossas festas, da receita do jantar” (MADALOSSO, 2020, p. 42). Vale dizer ainda que o sustento familiar advinha, sobretudo, do fruto do trabalho de Fernanda, enquanto o marido, que “não dava muito certo em nenhum emprego” (MADALOSSO, 2020, p. 41), dedicava-se à fabricação artesanal de seus terrários, uma atividade de jardinagem prototípica do feminino.

A inversão de papéis de gênero ressoa aqui com uma multiplicidade de significados que não nos deve passar despercebida, visto que compete para a disrupção da maternidade de Fernanda. A começar pelo fato de que, se considerarmos que a visão androcêntrica se auto impõe como legítima e justificável, engendrando a ordem social a partir da afirmação de símbolos que delimitam de forma arbitrária os papéis de gênero, então as oposições de gênero e, conseqüentemente, o primado do masculino se daria mediante oposições mítico-rituais: alto/baixo, em cima/embaixo, seco/úmido, quente/frio (BOURDIEU, 2012, p 27). Essas classificações de habitus, tão bem exploradas por Bourdieu, compreendem as tensões entre masculino e feminino e consagram o lócus mesmo do homem ao lado do elevado e o da mulher ao lado do baixo. Daqui se segue que as funções exteriores e públicas estão para o masculino, enquanto as funções interiores e privadas ao feminino. Não para Fernanda e para Cacá.

Na contramão das divisões constitutivas da ordem social, temos Cacá e Fernanda. Em se tratando de Cacá, é notório a sua subversão à expectativa de performance de gênero, que lhe foi outorgada socialmente, afinal, o papel de provedor lhe é descabido. O marido está mais

suscetível ao contato com o baixo, em uma relação quase que profana com Gaia, ao cuidar com tanto afincamento dos minis jardins e terrários, para os quais depreende muito de sua vida. Embora os seus afazeres da jardinagem não trouxessem tanto retorno material para a família, ainda assim nas palavras de Fernanda: “mantinha o meu marido em casa, tomando conta de tudo aquilo de que eu não conseguia tomar conta” (MADALOSSO, 2020, p. 42). No manejo da terra, Cacá ainda se mantém subversivamente em contato íntimo com o ambiente doméstico, posto ser o cuidador. Subversivamente, porque a casa há muito, como preconiza a tradição patriarcal, está ligada à esfera do 3, o ambiente doméstico por excelência, restrito à presença da mulher. Bourdieu, ao discorrer sobre as expectativas objetivas, revela a estrutura social, sobre a qual as mulheres estão restritas ao ambiente familiar, considerando que a este fincam-se as disposições consideradas femininas, como se pretende a própria ordem social, embasada no princípio da dominação masculina. Dirá o estudioso:

Elas [as mulheres] estão inscritas na fisionomia do ambiente familiar, sob a forma de oposição entre o universo público, masculino, e os mundos privados, femininos, entre a praça pública (ou a rua, lugar de todos os perigos) e a casa (já foi inúmeras vezes observado que, na publicidade ou nos desenhos humorísticos, as mulheres estão, na maior parte do tempo, inseridas no espaço doméstico, à diferença dos homens, que raramente se vêem associados à casa e são quase sempre representados em lugares exóticos), entre os lugares destinados sobretudo aos homens, como os bares e os clubes do universo anglo-saxão, que, com seus couros, seus móveis pesados, angulosos e de cor escura, remetem a uma imagem de dureza e de rudeza viril, e os espaços ditos “femininos”, cujas cores suaves, bibelôs e rendas ou fitas falam de fragilidade e de frivolidade (BOURDIEU, 2012, p. 72).

Concerne ainda lembrar que a passagem

3 Do grego: casa; domínio particular. Aludido em oposição ao - domínio público.

do modelo tradicional para o modelo moderno de maternidade em que a mulher se define por infinitas possibilidades de ser e não somente por ser-mãe desagrada na sociedade industrial, em que as mulheres conquistaram maior ingresso ao mercado de trabalho (MOREIRA apud RESENDE, 2017, p.56). Dito isso, no contraponto do cumprimento de seu papel enquanto esposa, mãe e mulher, retificado por este Mercado de Bens Simbólicos, como denuncia o sociólogo, Fernanda se mantém alheia à ambiência doméstica, ficando-se do lado de fora, seja para trabalhar, para amar ou ainda para conhecer o mundo, e assim, faz valer a afirmação, sob a qual “à medida que as mulheres elevam o seu nível de instrução, podendo assim aspirar a situações profissionais interessantes, maior é o número das que optam por abandonar as tarefas domésticas” (BADINTER, 1985, p. 340). E aqui, o consenso das inversões de papéis entre marido e esposa atravessam todas as expectativas objetivas sociais, na gênese de novos valores disruptivos, já que na enunciação de Fernanda “eu trabalharia, ele cuidaria da casa, sairíamos uma vez por semana para dançar, viajaríamos duas vezes por ano, compraríamos o título de um clube” (MADALOSSO, 2020, p. 42).

O verniz que encobre as fraturas da relação matrimonial de Fernanda e Cacá compete ainda para outorgar à protagonista um novo status quo há muito restrito ao masculino - a possibilidade de desejar. Sacudindo as bases do patriarcado, fora de casa, é Fernanda que encontra uma fresta convidativa de enveredamento em uma relação extraconjugal homoafetiva. É nos braços de Yara, a diretora de cinema, que a mãe e esposa subversiva encontra a possibilidade de escapar do imperativo categórico que dita: “todo amor é um sacrifício”.

Fora de casa, no peso de uma vida profissional massiva e na leveza do amor livre, é mister que Nanda esteja também afastada dos sacrifícios que competem à maternidade, dos quais a maternagem passa a ser responsabilidade de Maju, a sua empregada. Na esteira de mulheres

que não performam o amor materno, tal qual cristalizado no seio de uma sociedade patriarcal, Nanda evidencia-nos a pluralidade de ser-mãe, revelando que a maternidade é menos um traço instintivo de toda e qualquer mulher e mais um construto social, que ora pode se apresentar peremptoriamente, ora pode se ausentar sem escrúpulos. Em seu caso, o seu amor por Cora, sua filha, é quase inexistente.

Maternidade em ruínas: Fernanda e o mito do amor materno

Ao longo da história, o amor materno foi tenazmente definido como uma espécie de instinto natural, posto de caráter inato, passível de ser compartilhado por todas as mulheres. Entretanto, é oportuno aludirmos a Badinter, buscando entender mais de perto que, longe de ser o amor espontâneo de toda mãe pelo filho, o amor materno é, na verdade, um mito.

Quanto a mim, estou convencida de que o amor materno existe desde a origem dos tempos, mas não penso que exista necessariamente em todas as mulheres, nem mesmo que a espécie só sobreviva graças a ele. Primeiro, qualquer pessoa que não a mãe (o pai, a ama, etc.) pode “maternar” uma criança. Segundo, não é só o amor que leva a mulher a cumprir seus “deveres maternais”. A moral, os valores sociais, ou religiosos, podem ser incitadores tão poderosos quanto o desejo da mãe. (BADINTER, 1985, p. 16)

Consoante ao pensamento de Badinter, embora seja fato que as crianças não possam sobreviver a partir da falta de atenção maternal, não se segue necessariamente que todas as mães são predeterminadas a oferecer o amor materno necessário para essa sobrevivência, afinal, “não parece existir nenhuma harmonia preestabelecida nem interação necessária entre as exigências da criança e as respostas da mãe” (BADINTER, 1985, p. 17). Não à toa, percebemos na própria perspectiva de Fernanda a falta de afeto materno e a ausência da capacidade de maternagem,

afinal, a protagonista bem sabe que, embora seja ela a mãe biológica de Cora, as “mães” da criança são Maju e o marido, como aduz em sua conversa com Cacá: “Eu só pari a Cora. Pra ser mãe, a pessoa tem que adotar o filho depois que ele nasce. A mãe dela é você. A Maju. Eram vocês que ficavam com ela” (MADALOSSO, 2020, p.190).

Concorre para a constatação de Fernanda, as acepções sobre a maternidade que compreendem a comunidade de Motherhood Studies na América do Norte, para qual a maternagem não se restringe às mães biológicas. Como esclarece-nos Maria Collier de Mendonça (2021, p. 60), o uso do termo “mães” realizado pela professora da School of Gender, Sexuality and Women’s Studies da Universidade de York, Andrea O’Reilly, refere-se a qualquer pessoa que pratica o exercício materno, sem discriminação de gênero e vínculo biológico com a criança ou adulto em questão, que precise de cuidados deste caráter. Segue daí que a maternagem de um indivíduo não é tarefa sine qua non de uma mulher, o que bem sabe Fernanda.

Destarte, ao se dar como uma mãe indiferente afetivamente à Cora, a protagonista é lançada contra a ideia mesma de um amor eternizado na natureza feminina, sob o qual “uma mulher é feita para ser mãe, e mais, uma mãe boa” (BADINTER, 1985, p. 14), ao mesmo tempo que é lançada contra as expectativas objetivas acerca do papel social que deveria desempenhar no seio do universo familiar. Contudo, cabe-nos lembrar que “ao contrário do reino animal, imerso na natureza e submetido ao seu determinismo, o humano — no caso, a mulher — é um ser histórico, o único vivente dotado da faculdade de simbolizar, o que o põe acima da esfera propriamente animal” (BADINTER, 1985, p. 14-15).

“Ninguém nasceu para ser nada” (MADALOSSO, 2020, p. 83) lembra Yara a Fernanda. No reino animal, as próprias expectativas morais sobre os seres podem ser subvertidas, afinal, se na Natureza nem toda fêmea é passiva,

então a passividade não poderia assim ser vista como uma especificidade das fêmeas, tampouco das mulheres. O que dizer das aranhas e escorpiãs que matam o macho depois da cópula? E da louva-deus que sem escrúpulos mata o parceiro, como também come a cabeça dele? E das abelhas de Botsuana que desconhecem o recato e traem seus machos com outras abelhas? (MADALOSSO, 2020, pp. 83-84). Ao que sugere a narrativa, nem mesmo os animais estão passíveis de agir tal qual se espera de suas incumbências. E quanto à maternidade, seria ela também passível de subversão, de acordo com o próprio tecido narrativo? Entendamos:

Tem mães que matam os próprios filhotes.

Em que situação?

Que eu saiba, só quando não reconhecem os filhotes como seus. Ou

quando um é anômalo. Elas preferem alimentar os que têm mais chance de vida (MADALOSSO, 2020, p. 85).

Aqui, cabe-nos observações interessantes. Nos contornos representacionais de uma mãe subversiva, Madalosso lança-se sobre o reino animal nos arcos que compreendem a narrativa de Fernanda, buscando ali qualquer resquício de uma maternidade às avessas. No entanto, o malogro de uma representação de mães não-humanas como desprovidas de um aparente cuidado para com suas crias, só ratifica a concepção de que ao animal pode até competir o determinismo do instinto, no entanto, ao humano vigora a contingência do afeto. Não é o amor materno que faz a fêmea vincular-se de forma protetiva com a cria, mas a necessidade.

Destarte, a narrativa criada por Madalosso

é convidativa ao pensamento da (des)construção da maternidade. Ao abandonarmos a ideia de uma universalidade e necessidade do amor materno, como um instinto intrínseco ao ser-mulher, estaremos mais perto de compreender que “a contingência dos comportamentos e dos sentimentos é o seu fardo, mas também a única falha pela qual se exprime sua liberdade” (BADINTER, 1985, p. 15). Sendo assim, Fernanda, enquanto mãe, é subversiva, não porque se veste de uma performance que excede à lei natural, mas antes porque rememora em seu ser-mãe que o amor materno não é norma, mas contingência transpassada por inúmeros fatores de ordem psicossocial, e no limite, revela que ser mãe é poder ser de diferentes modos. Em concordância com as conclusões do estudo de Badinter:

Não encontramos nenhuma conduta universal e necessária da mãe. Ao contrário, constatamos a extrema variabilidade de seus sentimentos, segundo sua cultura, ambições ou frustrações. Como, então, não chegar à conclusão, mesmo que ela pareça cruel, de que o amor materno é apenas um sentimento e, como tal, essencialmente contingente? Esse sentimento pode existir ou não existir; ser e desaparecer. Mostrar-se forte ou frágil. Preferir um filho ou entregar-se a todos. Tudo depende da mãe, de sua história e da História. Não, não há uma lei universal nessa matéria, que escapa ao determinismo natural. O amor materno não é inerente às mulheres. É “adicional”. (BADINTER, 1985, p. 365)

Mas, vale-nos ainda a reflexão. Mesmo diante da aceitação da ausência da necessidade que imbrica-se ao afeto materno, “vemos sempre como uma aberração, ou um escândalo, a mãe que não ama seu filho” (BADINTER, 1985, p. 21). Armados dos mais brutais prejulgamentos, estamos sempre prontos a apedrejar performances que destoam de um amor devocional absoluto, indefectível. Ora, quem ousaria colocar em questão o amor absoluto de sua própria mãe? É por essas vias que os julgamentos sobre a ausência do amor devocional que tudo provê

de Fernanda para com Cora pode vir a sugerir a abertura de frestas para a aceitação da conduta criminosa de Maju, uma vez que o sequestro da criança pode não parecer tão alarmante perto da ausência do amor de uma mãe para com um filho, afinal, “aos olhos de muitos, não amar um filho é um crime inexplicável” (BADINTER, 1985, p. 12).

Nesse sentido, o “crime” de Fernanda é a transvaloração da performance materna cristalizada secularmente na relação entre mães e filhos/as na medida em que não abnega totalmente a sua vida em prol da de Cora. Não à toa, a imagem da maternidade para a protagonista se faz ver menos como uma realização plena de seu ser do que uma anulação de si. Nanda sempre está a esquiva da performance materna que lhe espera logo ali, ao virar a esquina de sua casa: “Sabe quantas vezes fiquei rodando em volta de casa pra chegar quando a Cora já estivesse dormindo? Sabe aonde eu levei a nossa filha passar na única vez em que matei o trabalho pra ficar com ela?” (MADALOSSO, 2020, p.190); no pensamento que lhe ocorria ignóbil “nesse momento eu também estava sentindo raiva dela. Um desejo que toda mãe já sentiu, de que o filho desapareça. Morra por alguns segundos” (MADALOSSO, 2020, p. 24); ou ainda no encontro a contragosto com outras mães:

Ter um filho era uma porrada tão forte que atirava cada uma num canto do ringue, com estrelas rodando em torno da cabeça. Sem saber mais quem eram, resvalavam em extremos. Ou se anulavam sexualmente ou seu desejo recrudescia. Ou mergulhavam no trabalho ou não sabiam mais o que fazer da vida, largando a carreira para tentar outros negócios ou viver crises existenciais que podiam durar anos. [...] Não é usual que as pessoas questionem tanto o comportamento das outras, não por motivos tão irrelevantes. Desqualificando o outro, atenuamos a sensação constante de estar sendo péssimas mães (MADALOSSO, 2020, p. 130).

O ápice da renúncia de Fernanda à per-

formance de maternidade hegemônica se dá no momento de sua “fuga” para uma aldeia afastada no Acre com Yara. Ali, a falta de comunicação com Cora e Cacá só acentua ainda mais que o elo inquebrantável entre mãe-filha/esposamarido não era tão inquebrantável assim. É na experiência com a ayahuasca que Fernanda traz à memória a filha, depois de longo período sem demonstrar preocupação e saudade. Ao provar o chá divino, a protagonista sucumbe então com uma imagem simbólica de Cora em sua pequenez, inocência e inabilidade perante a vida:

Mas como alguém disse mais tarde, você pode até pedir resposta ou cura para alguma coisa, e pode até conseguir, mas quem decide mesmo o que precisa ser curado é o chá. E o chá me mostrou Cora. De olhos fechados, vi minha filha gigantesca, na frente de uma porta minúscula que ela tentava abrir mas não conseguia. Girava o trinco, olhava pelo buraco da fechadura, empurrava, e nada (MADALOSSO, 2020, pp. 118-119).

Fernanda demora para se dar conta de que sua filha foi raptada. Em verdade, a personagem busca uma série de justificativas para o desaparecimento repentino de Cora e Maju, seja um atraso inesperado ou ainda a ida das duas para o sítio de sua mãe. A figura que transparece maior preocupação perante o desaparecimento da filha é Cacá, desnudando mais uma vez aquela sua faceta mesma de cuidador, partindo dele a ideia de fazer o B.O. A partir daí, a narradora revive em memória mais uma vez o abismo intransponível que a separa de sua filha.

Aos poucos percebemos que o desaparecimento de Cora resvala uma espécie de expiação de Fernanda, reverberando na consciência da protagonista a instabilidade não só de seu vínculo com a filha, posto dela nada saber: “a quantidade de maiôs e biquínis da Cora é tão grande que não fazemos ideia se está faltando um. Com os óculos de natação, quase a mesma coisa” (MADALOSSO, 2020, p. 174), bem como a fragilidade de seu vínculo com a sua própria mãe, ao assistir uma briga por telefone

entre sua irmã e sua progenitora:

A típica relação mãe e filha, uma reclamando da outra, se frustrando com a outra, às vezes sentindo inveja da outra. E apesar de tudo, juntas. Os relacionamentos amorosos vão, a lua de mel com o filho homem esfria, mas mãe e filha seguem enganchadas, trocando farpas até o último suspiro, na relação mais difícil mas talvez mais bonita de todas (MADALOSSO, 2020, p. 176).

No entanto, a quebra de expectativas de uma purgação moral advinda de Fernanda se mostra quando a mesma grita em alto e bom tom que “se o sumiço da Cora foi uma liçãozinha moralista, saiba que não funcionou. Não me arrependo de nada que fiz, tá ouvindo?” (MADALOSSO, 2020, p. 191), seguido ainda da mensagem que envia a amante “se a Cora nunca mais aparecer, vou largar tudo pra ficar com você” (MADALOSSO, 2020, p. 199). E assim, Fernanda se revela a representação morde que o amor materno não é espontâneo e nem toda mãe tem a pulsão irresistível a se ocupar do filho (BADINTER, 1985, p. 10).

A maternagem de Maju e sua determinação socioeconômica

Na contramão da trajetória de Nanda, no cantinho da vida, existe Maju, a empregada doméstica. Nascida no interior do Paraná, em Mandaguaçu, ficamos sabendo que Maju foi criada com a avó Brígida, a qual antes da morte arrumou uma casa de uma família paulista para a neta trabalhar. Ao se mudar para a Paulicéia Desvairada, Maju conhece o taxista Lauro, pelo qual se apaixona, e aqui já temos alguns indícios da performance de gênero que a protagonista passará a desempenhar, ao menos enquanto esposa, performance essa que se distancia daquela performada pela patroa.

Em uma das cenas da trama, temos Maju na cozinha ao lado de Lauro em uma cumplicidade matrimonial, ao passo em que preparam a

refeição juntos:

Ele adorava escolher o que ia fazer pro almoço, gostava de peixe, acho que lembrava da mãe, me ensinou a descamar de um jeito que eu não sabia, ficávamos os dois virados pra pia, cada um com uma faca limpando, às vezes um cotovelo esbarrava no outro e a gente ria (MADALOSSO, 2020, p. 35)⁴.

Diferente da relação que Fernanda nutre com Cacá, seja esta de subversão dos papéis de gênero, percebemos que a relação de Maju e Lauro se dá de forma quase que horizontalizada. Embora não pudessem escapar da estrutura de dominação masculina, Maju se vê sujeita a trabalhar na casa de Fernanda ao passo que Lauro mantém a sua rotina de taxista para subsidiar a casa em que vivem, na qual se relacionam de igual para igual. É nesse passo que Maju protagoniza e dá vida a um outro arco narrativo em que revela toda a sua história como uma das integrantes do “exército branco”, termo cunhado pela patroa para designar todas as empregadas que frequentava a praça do nobre bairro com seus uniformes brancos a cuidar dos bebês e crianças que não eram seus. A necessidade propulsiona Maju à profissão de doméstica e a se doar em devoção total à Cora, a filha de sua patroa. Cora não era filha de Maju, ao menos não biológica, afinal, a emprega em questão nutria um amor quase que divino pela criança, sacrificando-lhe a vida para a sua maternagem.

Sacrificando, posto que ao longo da narrativa

4 É interessante observar como a construção deste retrato familiar feito pela pena de Madalosso nos traz à memória o poema Casamento, de Adélia Prado, no qual se lê um eu-lírico feminino, que encontra prazer e realização no ato cotidiano de descamar um peixe ao lado do parceiro. A mesma preocupação com a ambiência cotidiana demarcada pela rotina da relação matrimonial, elevada ao marulhoso, marca recorrentemente os poemas de Adélia Prado, é vista aqui. Em verdade, todo o arco narrativo de Maju demonstra o quanto o corriqueiro transpassa a personagem, ratificando a sua objetividade, simplicidade e, conseqüentemente, o seu lugar social.

descobrimos que o sonho de Maju sempre foi gerar um filho. Sonho este que quase se concretizou ao conhecer Lauro. No entanto, ao lhe ser delegado os cuidados de Cora, Maju vê a sua vida percorrendo outros caminhos. Doméstica e também babá, a protagonista ocuparia o papel de segunda mãe, cuja função era prototípica dentro das famílias burguesas, papel este ocupado em outrora pelas amas de leite e amas secas, que alimentavam, cuidavam, lavavam etc (BADINTER, 1985, p. 229). Aqui, cabe-nos um olhar mais analítico, afinal, os mesmos olhos dos moralistas e rousseauianos ávidos a julgarem as amas como ditadoras também julgavam as mães que delegaram, graças aos recursos financeiros, a uma outra o papel intrínseco a sua natureza mesma. Sob esse olhar decrépito, mas que por vezes se atualiza, Fernanda e Maju seriam mulheres disfuncionais e enjeitadas, no entanto, Badinter nos provoca a reflexão:

O retrato é exagerado e provavelmente injusto em relação a grande parte das amas. Várias delas apeçavam-se muito às crianças que amamentavam e recusavam-se a voltar para casa a fim de ficar junto delas. Mais ligadas a essas crianças do que aos próprios filhos, pode nos surpreender que preferiram viver numa casa burguesa, onde a existência lhes é mais suave do que em sua própria casa? Com o tempo, a família de adoção transforma-se na sua verdadeira família (BADINTER, 1985, p. 232).

Eis o quadro que retrata a vida de Maju na casa de Fernanda, mas possamos ir além em nossa problematização. Quanto custa uma vida? Para Maju, três salários mínimos, um dia de visita íntima e uma Suíte Tóquio - um quarto de empregada diminuto e descolado. Em troca: o seu grande amor e o sonho de ser mãe. Não é como se a doméstica pudesse dizer não. A ambiência catatônica de medo da narrativa nos apura os fatos: Maju, como muitas das suas, temia perder seu emprego.

Aliás, não nos deve escapar a ideia de que a maternidade se faz ver menos bela quando se

tem a naturalização de jornadas duplas e triplas de trabalho, as quais as mulheres frequentemente precisam se submeter para manterem-se a si e aos seus/suas com dignidade ou ainda na promessa vaga de conseguirem um futuro digno para os/as filhos/filhas que possuem ou prospectam. Maju sabia que ao se manter em inteireza para a família de Fernanda, era de sua potencial família que se afastava, de modo que o abandono de Lauro, embora doloroso, não lhe teria soado com total surpresa.

Como enuncia o sociólogo Zygmunt Bauman (2004), ter filhos se mostra angustiante devido aos custos emocionais em jogo, além dos sacrifícios profissionais aos quais as mulheres estão sujeitas. Dito isso, não é de se surpreender que “numa época de empregos instáveis, essa decisão torna-se uma fonte de ansiedade e medo” (MENDONÇA, 2021, p.58). Segue daí que ao lado da consciência de Maju perante a impossibilidade de ter um bebê, posto o “aceite” da rotina ostensiva de trabalho, Madalosso ainda alumia a figura de uma outra mulher mais que consciente de que a maternidade poderia custar-lhe o seu ganha pão. Neide, amiga da doméstica, ao saber da gravidez indesejada, bem sabia que “a dona Andreia não ia aceitar mais um filho dela dentro de casa. Ela teria que arrumar outro emprego, ir morar no Capão, deixar alguma vizinha olhando os filhos” (MADALOSSO, 2020, p. 47). E como se ainda pudesse sentir os lampejos de sua vida ao aceitar a maternidade novamente, a empregada sentia o peso de pensar em sua filha de oito anos cuidando de seu irmão, sem prospecção alguma de um futuro sólido. Vítima da estrutura de dominação masculina, Neide escondeu a gravidez da patroa o quanto pôde, deu a luz sozinha na área de serviço, colocou o bebê em uma sacola e deixou-o em um arbusto. Foi presa em uma manhã na rua Rio de Janeiro, chamada de desnaturada enquanto pensava no pai de sua criança jogando Sudoku.

Na contramão do abandono de Neide, temos o rapto de uma criança realizado por Maju.

É notório que Maju ansiava pela maternidade, no entanto, perante as condições sociais que lhe eram impostas, a empregada sabia que ser mãe biológica não se concretizaria. Soma-se ainda o fato de que Maju pressentia que seria mandada embora, devido uma conversa que escutou entre Cacá e Fernanda, o que poderia levá-la a nunca mais ver a criança pela qual entregou a sua vida. Daí o sequestro de Cora. A lógica era simples e clara, se foi ela a maternar Corinha desde cedo, sabendo de todos os passos, anseios e gostos da garota, porque não ser ela a mãe? Se foi ela mesma capaz de amar aquela criança mais do que a si própria, em abnegação total de seu ser, então o rapto faria sentido, ao menos perante a moral que lhe impunha o sacrifício.

É-nos claro e evidente a construção do amor e o exercício de práticas maternas que Maju dispõe por Cora ao longo da narrativa, seja pelo cuidado ou pelo apelido carinhoso que evoca sempre que pode chamar a menina - minha picochuca. No entanto, há uma consciência malsã em Maju que entrevê o desamparo do intransponível. Entre um ônibus lotado, o palmilhar debaixo do sol quente, a pernoite em um motel barato e a falta de dinheiro, Maju se dá conta de que nem mesmo o amor materno que nutre pela criança é o suficiente para maternar Cora, ao menos não como gostaria.

Não tenho família, não tenho viço pra dar pra dar pra Cora, não tenho mais óvulo pra dar irmão. Se eu abotoo o paletó, ela vai parar num orfanato ou acabar sendo sirigaita ou doméstica de alguém. Vai ser uma mulher num casulo. Um bicho-da-seda que pode secar dentro da casca que ninguém vai perceber. É isso que você quer pra essa menina, que ela seja que nem..., penso, e olho pra cima, pra minha piaçava atizada pelo suor. Se a Cora ainda fosse um bebê que eu peguei na rua que nem o filho da Neide, mas não, ela tem família, e uma gente que vai dar pra ela tudo que eu nunca vou poder (MADALOSSO, 2020, p. 138).

Se, por um lado, a representação de

Maju, enquanto empregada doméstica demandada a matinar Cora, embasa-se nos alicerces de uma maternidade consolidada pela lógica do patriarcado, afinal, salta os olhos a sua cuidadora devocional, por outro, as relações de trabalho e o baixo poder econômico são condicionantes para a consciência de Maju frente o abismo que a separa de Cora - seja por não ser a sua progenitora e sim sua empregada - justificando assim a sua atitude reparadora de devolução da criança à sua mãe biológica. Dito isso, é a fronteira mesma das relações de ordem social e econômica que parece distanciar Fernanda e Maju, competindo para a construção das múltiplas perspectivas das protagonistas sobre a maternidade - ora como sacrifício, ora como prazer.

Maju quer a maternidade e é no exercício de sua maternagem para com Cora que percebemos a representação de uma das possibilidades do amor materno, que independe de qualquer vínculo biológico parental, mesmo que a protagonista seja levada a distanciar-se da criança devido a forças econômicas, cujas disposições projetivas se fazem em múltiplas direções. Contudo, é no movimento de afastamento de Fernanda de sua casa, de seu casamento e de sua filha que notamos a maternidade subversiva e disruptiva, que se prostra contra um conjunto de expectativas construídas socialmente, lançadas sobre as mulheres. É por essas sendas que se abrem solos férteis para discussões e questionamentos das estruturas simbólicas que se pretendem predizer e validar as múltiplas identidades femininas.

Considerações finais

Salientamos que o presente exposto nunca se valeu do objetivo de considerar como enfeitadas performances que estejam próximas da maternidade institucionalizada, se assim o fosse, pré-julgaríamos as condutas de Maju, o que aqui não ocorre. Antes, vislumbrar na Literatura as múltiplas representações identitárias que tangem o ser-mulher e o ser-mãe é retirar da estei-

ra da “aberração”, “anomalia”, “anaturalidade” performances que destoam da Ideia hegemônica que aduz que “toda e qualquer mulher nasceu para ser mãe”. É questionar todo postulado que se pretende lei natural, embora construção social contingente, ambivalente e arbitraria. É lançar à luz, como supracitado, que ser-mulher é poder ser-várias.

Consoante a isso, a narrativa de Suíte Tóquio, de Madalosso, convida-nos a repensar a maternidade enquanto inerente à natureza feminina, posto ser vista como limitadora e um sacrifício. Não à toa, Fernanda, embora se coloque tão subversiva à conduta que lhe é esperada, posto mãe, questiona-se exaustivamente sobre a suas condutas transgressoras - seja pela falta de abnegação ou ainda por escolher o trabalho em detrimento da maternagem. A culpa secular que lhe apregoa é forte o suficiente para fazê-la se questionar, ao desaparecimento de Cora, sobre a sua própria moralidade. Seria ela uma “mãe má”, visto não ser capaz de desenvolver o amor materno, tampouco querer se empreender no exercício da maternidade? Além disso, concorre para a performance subversiva de Fernanda a ideia de que a maternagem não deve ser incumbência única e exclusiva da progenitora, dela decorrendo necessariamente, afinal, a própria construção narrativa nos demonstra que mais do que Nanda, Cacá e a empregada da família é que estão para as práticas maternas de Cora. Por outro lado, ao nos debruçarmos sobre o arco narrativo de Maju, questões outras se fazem ver como propícias às reflexões sobre o ideário materno. Seja a construção do amor materno para além dos laços biológicos ou ainda as relações de trabalho que engendram de forma determinante as deliberações da protagonista em questão, tais como a abnegação de si e o rapto de uma criança.

E assim, sob novos contornos, a maternidade em Suíte Tóquio se deixa ver como um construto socioeconômico, no qual múltiplas performances ecoam, seja na espreita da subversão ou da manutenção do estado das coisas, mas sempre

a corroborar o entendimento mesmo de que as trajetórias que compreendem Fernanda e Maju, nos dois arcos narrativos que se fazem ler, desnudam a vulnerabilidade que imbrica-se à conduta materna tradicional, sob a qual se pretende a falácia da maternidade natural.

Referências bibliográficas

BADINTER, Elisabeth. Um amor conquistado: o mito do amor materno. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.

BAUMAN, Zygmunt. Amor líquido. Sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Trad. Maria Helena Kühner. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BUTLER, Judith P. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MADALOSSO, Giovana. Suíte Tóquio. São Paulo: Todavia, 2020.

MENDONÇA, Maria Collier de. Maternidade e maternagem: os assuntos pendentes do feminismo. In: Maternidades e maternagens: representações e contestações. Revista *Ártemis*, vol. 31 n° 1; jan-jun, 2021. pp. 56-72. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/artemis/article/view/54296/33750>>. Acesso em: 05 mai. 2022.

RESENDE, Deborah Kopke. As construções da maternidade do período colonial à atualidade: uma breve revisão bibliográfica. In: Dossiê Diálogos entre Antropologia e Arqueologia: contribuições e desafios. Revista *Três Pontos*, vol. 14 n° 1; 2017. pp. 50-59. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistatrespontos/article/view/15232>>. Acesso em: 05 mai. 2022.

ZOLIN, Lúcia Osana. Elas escrevem sobre o

quê?: Temáticas do romance brasileiro contemporâneo de autoria feminina. In: *Interdisciplinar*, São Cristóvão, UFS, v. 35, jan-jun, p. 13-40, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/56639/33770>>. Acesso em: 05 mai. 2022.

Submissão: maio de 2022.

Aceite: julho de 2022.